

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.865.260 - PR (2020/0053822-2)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE** : VALTER DOMINGOS SASSO  
**RECORRENTE** : SASSO & SILVA LTDA  
**ADVOGADOS** : ANTONIO FIDELIS - PR019759  
GUILHERME FAUSTINO FIDELIS - PR053532  
CARLOS VINICIUS CHAMPE - PR064953  
AUGUSTO CESAR DA SILVA MOREIRA - PR077129  
DANIEL CACCAVELLA CARDOZO - PR083383  
GUSTAVO BOIAGO BRIGATTI DIAS - PR093489  
CLEITON SAGGIN - PR093062  
HELIO HENRIQUE MONTEIRO VIEIRA FILHO - PR097336  
**RECORRIDO** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**OUTRO NOME** : BANCO GERAL DO COMERCIO  
**ADVOGADO** : SEBASTIÃO DA SILVA FERREIRA - PR011551

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE – CAPITAL DE GIRO. GARANTIA MEDIANTE NOTA PROMISSÓRIA. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. AUTOS PARALISADOS POR PERÍODO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DO TÍTULO EXECUTIVO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA NO RESP Nº. 1.604.412/SC. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIDA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. DECISÃO REFORMADA. SUCUMBÊNCIA FIXADA SEGUNDO O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.

Agravo de Instrumento Parcialmente Provido.

Alega-se violação dos artigos 82, § 2º, e 85 do Código de Processo Civil por não ter sido fixados honorários advocatícios em favor do patrono dos recorrentes, a despeito do acolhimento da exceção de pré-executividade.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Os recorrentes manejaram exceção de pré-executividade que, embora rejeitada pelo juízo de primeiro grau, foi acolhida pelo Tribunal local que, não obstante, condenou os autores na sucumbência, no que andou de acordo com o entendimento desta Casa.

Diz-se isso porque foram os recorrentes que deram causa à instauração da execução com a sua inadimplência, de modo que a eles cabem os ônus da sucumbência.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. HONORÁRIOS EM FAVOR DO EXECUTADO. DESCABIMENTO. CAUSALIDADE. AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA DO EXEQUENTE.

1. Conforme jurisprudência do STJ, "declarada a prescrição intercorrente por ausência de localização de bens, incabível a fixação de verba honorária em favor do executado, eis que, diante dos princípios da efetividade do processo, da boa-fé processual e da cooperação, não pode o devedor se beneficiar do não-cumprimento de sua obrigação. A prescrição intercorrente por ausência de localização de bens não retira o princípio da causalidade em desfavor do devedor, nem atrai a sucumbência para o exequente" (REsp 1769201/SP, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 12/03/2019, DJe 20/03/2019).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1837468/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 4/2/2020, DJe 11/2/2020)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora